



**PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA EM RIO BRANCO, ACRE:
RELATO DA EXPERIÊNCIA DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE
GESTORA**

**WATER PRODUCER PROGRAM IN RIO BRANCO, ACRE:
REPORTING OF OPERATING EXPERIENCE OF THE MANAGING
UNIT**

**PROGRAMA PRODUCTOR DE AGUA EN RIO BRANCO, ACRE:
PRESENTACIÓN DE LA EXPERIENCIA OPERATIVA DE LA UNIDAD
DE GESTIÓN**

Ayri Saraiva Rando

Engenheiro Ambiental, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFAC, Voluntário da CARE Brasil no Acre e Analista da Empresa Floresta Desenvolvimento de Projetos.

Universidade Federal do Acre.

BR 364, Km 04, Distrito Industrial / Campus Universitário. CEP: 69915-900. Rio Branco, Acre

E-mail: ayrirando@gmail.com

Markus Erwin Brose

Doutor em Sociologia Política pela Universidade de Osnabrück, Alemanha, foi Diretor da CARE Brasil e atualmente é Diretor Executivo da Empresa Floresta Desenvolvimento de Projetos.

Rua Benjamin Constant, 1231, Centro. CEP: 69900-064. Rio Branco, Acre.

E-mail: markus@floresta.com

Marta Nogueira de Azevedo

Historiadora, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UFAC e Técnica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre - IMC.

Universidade Federal do Acre.

BR 364, Km 04, Distrito Industrial / Campus Universitário. CEP: 69915-900. Rio Branco, Acre.

E-mail: marta.acre@hotmail.com

Resumo: O projeto denominado Conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, é o primeiro projeto do Programa federal Produtor de Água no bioma amazônico, sendo objetivos: o fomento à compensação por serviços ambientais e o fortalecimento da gestão compartilhada de bacias hidrográficas. A participação de diversos atores sociais no projeto em questão é aspecto relevante, assim como, a transparência e divulgação das ações. Neste artigo propomos a análise da interface do projeto com outras políticas públicas do Acre, visando fortalecimento da gestão da bacia hidrográfica e continuidade das ações do projeto.

Palavras chave: Programa Produtor de Água, PSA, Gestão Compartilhada, Acre.

Abstract: The project entitled Conservation of water and soil in the watershed of Riozinho Rôla, is the first project of the federal Water Producer Program in the Amazon biome, with goals: fostering compensation for environmental services and strengthening the management of river basins. The participation of different social actors in the project is a relevant aspect, as well as transparency and disclosure of actions. In this paper we propose the analysis of project interface with other public policies of Acre, seeking strengthening of river basin management and continuity of project activities.

Keywords: Water Producer Program, PES, Shared Management, Acre.

Resumen: El proyecto titulado Conservación de agua y suelo en la cuenca hidrográfica del Riozinho do Rôla, es el primer proyecto del Programa federal Produtor de Agua en el bioma amazónico, incluyendo como objetivos: la promoción de la compensación por servicios ambientales y el fortalecimiento de la gestión compartida de cuencas hidrográficas. La participación de los diferentes actores sociales en el proyecto en cuestión es un factor importante, así como la transparencia y la divulgación de las acciones. En este artículo, proponemos el análisis de la relación del proyecto con otras políticas públicas de Acre, buscando el fortalecimiento de la gestión de cuenca hidrográfica y la continuidad de las acciones del proyecto.

Palabras-clave: Programa Produtor de Agua, PSA, Gestión compartida, Acre.

Introdução

O número crescente de iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA demonstra a relevância destas em busca de sanar parte das externalidades negativas do modo de produção e de consumo de nossa economia, externalidades estas, representadas pela poluição ambiental e degradação dos serviços ambientais disponíveis. Neste contexto a Agência Nacional de Águas - ANA criou o Programa Produtor de Água. É um programa para produtores rurais adotarem, voluntariamente, práticas voltadas à conservação de água e solo e que se efetiva por meio de articulações e parcerias entre instituições das esferas governamentais, não governamental e privada visando o desenvolvimento da política de PSA.

O projeto denominado ‘Conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre’ é a primeira experiência do Programa Produtor de Água no bioma amazônico e a sua estratégia é promover a participação de produtores rurais no Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Acre e a recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Além da relação com o Programa Estadual de Certificação, o projeto relaciona-se ainda com outras políticas e instrumentos, como o Sistema Estadual de

Incentivos a Serviços Ambientais do Acre - SISA e o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre – PLERH/AC. A relação com o SISA é notada pelo fato do programa Produtor de Água visar o desenvolvimento da política de PSA voltada à proteção e conservação hídrica. Já, a relação com o PLERH/AC ocorre pela contribuição inicial dada ao processo de gestão compartilhada de bacia por meio da atuação da Unidade de Gestão deste Projeto – UGP, que dando conta das ações também inicia parte da mobilização, articulação e cooperação interinstitucional, necessárias para implementação do plano de recursos hídricos na bacia do Riozinho do Rôla que é parte do PLERH/AC.

A reduzida publicação de informações sobre o projeto, reflete-se no acesso às informações, na gestão de conhecimentos e pode limitar a participação dos parceiros, beneficiários e do público em geral, bem como na gestão compartilhada desta bacia. Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é socializar uma sistematização das ações do projeto, enfatizando o funcionamento da UGP.

Material e método

Este artigo utiliza-se de pesquisa bibliográfica e do levantamento documental pertinente aos relatórios do projeto, às apresentações realizadas em eventos e às memórias das reuniões da UGP.

A bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla possui uma área de aproximadamente 7.637,0 km² e localiza-se no extremo leste do estado do Acre, entre os paralelos 10° e 11°S, abrangendo porções territoriais além de Rio Branco, áreas dos municípios de Xapuri, ao sul, de Sena Madureira, a oeste, Capixaba, a sudeste, e Brasiléia, a sudoeste. O Riozinho do Rôla é afluente do rio Acre que por sua vez deságua no rio Purus e este no rio Solimões (SEMEIA, 2011).

A área de estudo deste artigo é a área definida para execução do projeto. Devido à dimensão da bacia e aos recursos disponíveis, o projeto limitou a área, sendo os produtores rurais do Projeto de Assentamento Moreno Maia, situado no município de Rio Branco, entre o Igarapé Caipora e o Rio Acre, os beneficiários.

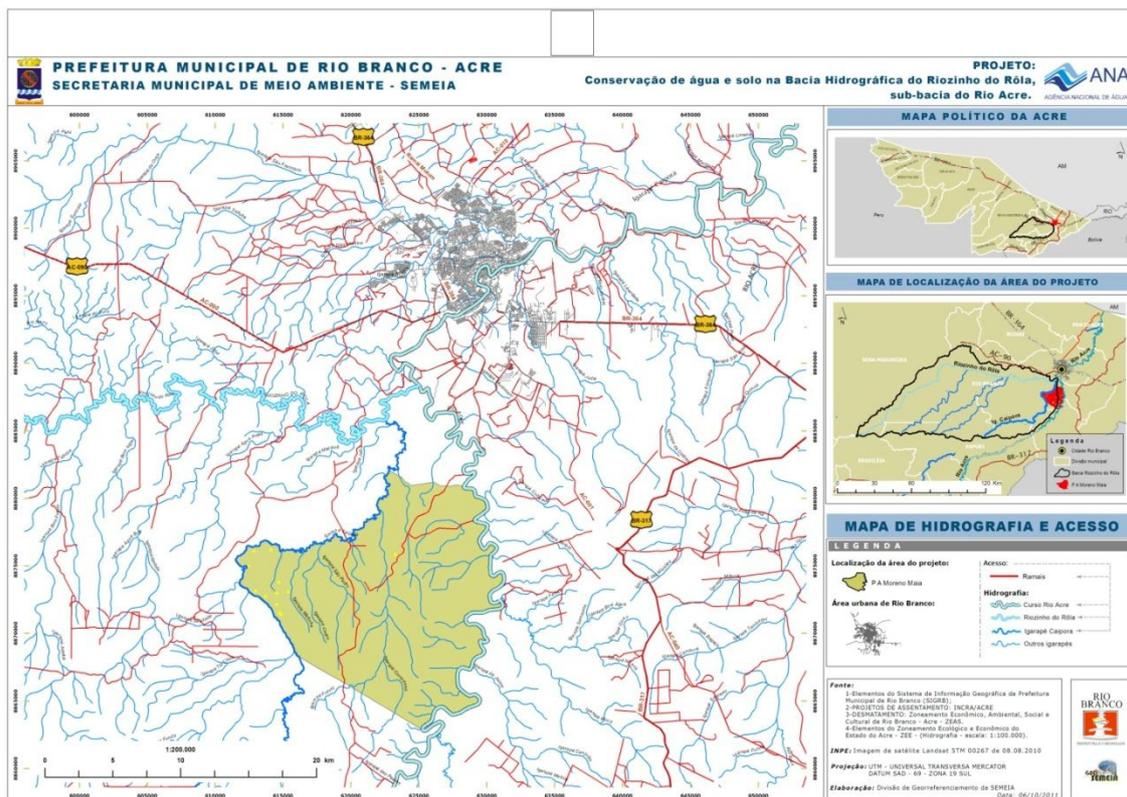


Figura 1 – Área de execução das ações do projeto Conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre

Fonte: SEMEIA, 2011

A política ambiental e o uso de instrumentos econômicos

Lustosa et al. (2003) definem política ambiental como o conjunto de metas e instrumentos que buscam a redução dos impactos negativos da ação antrópica sobre o ambiente. Comentam também que, desde as primeiras manifestações de degradação ambiental, percebeu-se a necessidade da intervenção estatal no sentido de mediar e resolver os conflitos resultantes. Atualmente, os países desenvolvidos se encontram em uma etapa da política ambiental, chamada de política mista de comando e controle. Nesta modalidade de política ambiental, os padrões de emissão passam a ser instrumentos de uma política que usa diversas alternativas e possibilidades para o cumprimento de metas acordadas socialmente. Assim, a adoção dos padrões de qualidade dos corpos receptores é feita progressivamente em busca do cumprimento das metas de política e a adoção de instrumentos econômicos é feita em caráter complementar aos padrões mencionados,

induzindo os agentes a combaterem a poluição e a moderarem o uso dos recursos naturais.

Conforme Santos (2003), a cobrança pelo uso da água é um exemplo de uso de instrumento econômico que trata da aplicação do princípio poluidor-pagador, ampliando tal princípio para usuário-pagador, dentro do sistema de gestão de recursos hídricos, o que permite um maior disciplinamento do uso múltiplo da água.

Mecanismos de compensações por serviços ambientais

O manual operativo do Programa Produtor de Água adota a terminologia instituída na Avaliação Ecosistêmica do Milênio, em 2005. Assim, a expressão “serviços ecossistêmicos” é utilizada para mencionar os benefícios gerados pelos ecossistemas, independentemente da atuação humana, e “serviços ambientais”, para se referir aos benefícios decorrentes de iniciativas antrópicas em favor destes sistemas ecológicos (ANA, 2012).

Praticamente todos os mecanismos de PSA existentes compreendem serviços ambientais associados a uma das quatro categorias distintas: retenção ou captação de carbono; conservação da biodiversidade; conservação de serviços hídricos e beleza cênica (WUNDER et al., 2008).

Os instrumentos de PSA podem ser conceituados como a transferência voluntária de recursos ou benefícios da parte que se beneficia com a provisão destes serviços para a parte que ajuda a prover e manter um determinado serviço, sendo o princípio orientador de tal relação o chamado princípio do protetor-recebedor (BORN; TALOCCHI, 2002).

O conceito de PSA usado pelo manual operativo do Programa Produtor de Água considera que aqueles que se beneficiam de algum serviço ambiental gerado por determinada área devem realizar pagamentos para o proprietário ou gestor da área em questão, caracterizando estes pagamentos como uma fonte adicional de renda, sendo uma forma de ressarcir os custos encarados pelas práticas conservacionistas adotadas. Tal modelo também extrapola o consagrado princípio do “poluidor-pagador”, dando foco ao fornecimento do serviço, promovendo assim, o princípio do “provedor-recebedor”, onde o usuário paga e o conservacionista recebe (ANA, 2012).

De acordo com Pagiola et al. (2012), os primeiros programas formais de PSA

na América Latina foram iniciados no vale do rio Cauca na Colômbia, em meados da década de 1990, mas o tema realmente avançou após a instituição do programa nacional de PSA da Costa Rica, em 1997. Até o ano de 2009, havia mais de 150 programas de PSA e similares em operação na América Latina, conservando cerca de 2,5 milhões de hectares. Ainda de acordo com Pagiola et al. (2012), os programas de PSA que são financiados por usuários geralmente envolvem serviços de água, em que os usuários são fáceis de identificar e recebem benefícios bem definidos.

Tratando-se de programas estaduais de PSA no Brasil, temos o Programa Produtores de Água do Estado do Espírito Santo que começou a operar em 2009. O estado de São Paulo está testando seu programa piloto Mina d'Água (PAGIOLA et al., 2012).

Programa produtor de água

O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia a melhoria, a recuperação e a proteção de recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas, tendo como base ações executadas no meio rural voltadas à redução da erosão e do assoreamento de mananciais. Tal programa se efetiva por meio de articulações e parcerias entre instituições das esferas municipal, estadual, federal, privada e não governamental, visando o desenvolvimento da política de PSA como instrumento de incentivo aos produtores rurais que adotarem, voluntariamente, práticas voltadas à conservação de água e solo.

O objetivo geral deste programa é apoiar projetos de PSA de proteção hídrica que visem promover a melhoria da qualidade e a ampliação da oferta das águas e a regularização da vazão dos corpos hídricos. Os objetivos específicos são: estimular o desenvolvimento das políticas de PSA de proteção hídrica no Brasil; apoiar projetos em áreas de mananciais de abastecimento público com conflito de usos de recursos hídricos, com problemas de baixa qualidade das águas, com vazões e regimes de rios sensivelmente alterados, e/ou com eventos hidrológicos críticos; difundir o conceito de manejo integrado do solo, da água e da vegetação; garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos manejos e práticas implantadas, por meio de incentivos, inclusive financeiros, aos agentes selecionados (ANA, 2012).

A ANA não contribui com recursos financeiros para os PSA, que devem ser aportados por parceiros previamente definidos no âmbito do arranjo organizacional do projeto, no entanto, existe uma série de fontes de recursos financeiros em potencial

que podem ser utilizadas para o pagamento em questão e na execução de ações necessárias ao seu provimento (ANA, 2012).

Conforme ANA (2012), as atribuições da UGP são elaborar e aprovar seu regimento interno; seguir as orientações do programa estabelecidas no manual operativo do mesmo; promover o debate sobre questões relacionadas à execução do projeto e à gestão de recursos naturais nos territórios da bacia; acompanhar a execução do projeto para restauração da saúde ecossistêmica da bacia; fazer a gestão da implantação do projeto na bacia; elaborar o edital de licitação para seleção dos projetos inscritos para receberem os PSA; acompanhar e registrar a implementação dos projetos individuais nas propriedades rurais; estabelecer critérios e indicadores para o monitoramento e avaliação do projeto; avaliar o desenvolvimento das atividades por meio da interpretação destes indicadores; elaborar pareceres técnicos atestando o cumprimento de metas para subsidiar as decisões quanto ao PSA aos proprietários beneficiários do projeto; auxiliar na resolução de conflitos relacionados à execução do projeto e informar eventuais irregularidades observadas na implantação do mesmo.

Breve contexto acriano de políticas públicas ambientais

Programa estadual de certificação da unidade produtiva familiar do Acre

Conforme a Lei N^o 2.025, de 20 de outubro de 2008, que cria o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Acre, o objetivo principal é estabelecer um processo voluntário de certificação socioambiental de unidades produtivas rurais familiares, oportunizando sua inclusão social e econômica, bem como a garantia do uso conservacionista dos recursos naturais e a gestão adequada do território.

Os produtores rurais familiares que aderirem voluntariamente ao programa estarão aptos a receber os seguintes benefícios: I – bônus (recurso financeiro como pagamento anual por serviços ambientais e incentivo para adoção de práticas produtivas sustentáveis); II - serviços de governo (serviços e programas de governo voltados à produção sustentável); III - acesso a recursos financeiros (inserção em linhas de financiamento, crédito e fomento oficiais); IV - outros benefícios previstos no regulamento do Programa.

Segundo WWF Brasil (2013), os participantes do programa assumem gradativamente práticas conservacionistas ao longo de nove anos. Em compensação,

os participantes recebem um bônus na forma de pagamentos que variam de R\$500 a R\$600 por ano, conforme o grau de compromisso assumido ou fase da certificação, recebem assistência técnica e extensão rural e recebem inserção prioritária em linhas de financiamento oficiais. Até maio de 2013, 1.239 famílias haviam sido inscritas no programa, de acordo com informações da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre – SEAPROF.

Sistema estadual de incentivos a serviços ambientais do Acre - SISA

A Lei Estadual N° 2.308, de 22 de outubro de 2010, cria o SISA e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do estado do Acre. O objetivo desta política pública é fomentar a manutenção e a ampliação da oferta dos seguintes serviços e produtos ecosistêmicos: o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; a conservação da beleza cênica natural; a conservação da sociobiodiversidade; a conservação das águas e dos serviços hídricos; a regulação do clima; a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecosistêmico; e a conservação do solo.

Plano estadual de recursos hídricos do Acre

A Lei Estadual No 1.500, de 15 de julho de 2003, institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Acre. Esta política baseia-se nos mesmos fundamentos e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. O PLERH/AC é um plano diretor de longo prazo que objetiva fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o gerenciamento de recursos hídricos.

Para fins de gestão de recursos hídricos e para elaboração do PLERH/AC, o estado foi dividido em seis Unidades de Gestão de Recursos Hídricos – UGRH, sendo que a bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, local de execução do projeto, pertence à UGRH Acre-Iquiri (ACRE, 2012).

Projeto conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre

Semeia (2011) define que a estratégia do projeto é promover a participação de produtores rurais no Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Acre e a recuperação de APPs. O objetivo geral do projeto é promover o envolvimento de produtores rurais em ações estratégicas de recuperação e conservação de mananciais da bacia hidrográfica. Na sequência, o Quadro 1 apresenta as atividades, as metas e os resultados previsto no projeto.

Quadro 1 – Atividades, metas e resultados previstos, por eixo estratégico do projeto de conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre (continua)

Eixo Estratégico do Projeto	Meta	Atividade Prevista	Resultado Previsto
1. Promoção da participação de produtores rurais do P. A. Moreno Maia no Programa de Certificação da Propriedade Rural	50 produtores participando e/ou aderindo ao Programa com apoio do projeto	1.1. Realizar diagnóstico das propriedades rurais	Diagnóstico ambiental de 50 propriedades rurais, incluindo georreferenciamento da área e o cálculo do passivo ambiental florestal
		1.2. Elaborar Plano de Certificação da Unidade Produtiva	50 produtores rurais com Plano de Certificação da Unidade Produtiva
2. Realização de Ações de Mobilização, Sensibilização e Educação Ambiental	Produtores rurais do P. A. Moreno Maia mobilizados, sensibilizados e conscientizados sobre Educação Ambiental	2.1. Realizar 05 reuniões com produtores rurais	75 produtores rurais conhecendo o Projeto, envolvidos em suas ações
		2.2. Realizar 2 seminários (apresentação e avaliação do Projeto)	100 produtores rurais participando das discussões sobre a gestão e execução do projeto
		2.3. Realizar 2 cursos de Produção de mudas, SAFs e recuperação de APPs	50 produtores rurais capacitados em produção de mudas, implantação de SAFs e recuperação de APP.
		2.4. Realizar 1 oficina de sensibilização sobre Serviços Ambientais	25 Produtores conhecendo o Programa de Certificação da Propriedade Rural, Mecanismos de CSA e o SISA
		2.5. Promover 2 intercâmbios de conhecimento entre produtores	20 produtores rurais conhecendo experiências exitosas de manejo e conservação de recursos naturais, com foco em recursos hídricos

Fonte: adaptado de SEMEIA, 2011

Quadro 1 – Atividades, metas e resultados previstos, por eixo estratégico do projeto de conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre (conclusão)

Eixo Estratégico do Projeto	Meta	Atividade Prevista	Resultado Previsto
2. Realização de Ações de Mobilização, Sensibilização e Educação Ambiental	Produtores rurais do P. A. Moreno Maia mobilizados, sensibilizados e conscientizados sobre Educação Ambiental	2.6. Promover a participação de 2 técnicos em congresso nacional sobre PSA ou gestão de recursos hídricos	2 técnicos com conhecimento ampliado sobre gestão de recursos hídricos e/ou PSA, conhecendo experiências exitosas exequíveis sobre os temas
		2.7. Produzir vídeo sobre o Projeto	1 vídeo sobre o Projeto, com duração de 8 a 10 minutos, com tiragem de 250 unidades
3. Recuperação de APPs, utilizando SAFs	30 hectares recuperados de APPs	3.1. Preparar e cercar APPs	20 hectares de APPs cercadas e protegidas, e/ou 6.000 metros de cerca implantados
		3.2. Reflorestar 30 hectares de APPs	30 hectares de APPs reflorestadas
		3.3. Realizar a manutenção da área reflorestada	Manutenção dos 30 hectares das APPs reflorestadas durante 02 anos

Fonte: adaptado de SEMEIA, 2011

Unidade de gestão do projeto

O arranjo organizacional do projeto corresponde às instituições que participaram do processo de elaboração e submissão da proposta ao Programa Produtor de Água e que foram definidas como instituições parceiras.

Assim, as instituições que compõem o arranjo da UGP são a ANA; a SEMEIA, instituição proponente do projeto; a Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta de Rio Branco - SAFRA; a SEAPROF, órgão estadual de assistência técnica e extensão rural e agente financeiro do PSA; o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre - IMC; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre - SEMA; a ONG CARE Brasil, organização que participou do processo de elaboração e submissão desta proposta; e Associação Boa Esperança, associação de produtores rurais na área do projeto.

Os anos de 2012 e 2013 são considerados os dois anos de execução do projeto.

O Quadro 2 seguinte registra as atividades executadas pela UGP e os resultados alcançados até o presente momento, por eixo estratégico do projeto.

Quadro 2 – Atividades da UGP durante o projeto de conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, em 2012 e até julho de 2013(continua)

Eixo Estratégico do Projeto	Atividade	Produto	Resultado
Gestão / Educação Ambiental	1ª Reunião da UGP, realizada no dia 24/08/2012	- Nivelamento dos parceiros sobre o andamento do projeto	16 participantes envolvidos nesta reunião
		- Proposta de composição da UGP (Associação Bom Jesus, CARE Brasil, DERACRE, IFAC, IMC, SAFRA, SEAPROF, SEDENS – Viveiro da Floresta, SEMA e SEMEIA)	
		- Planejamento do Seminário de Apresentação do Projeto	
Gestão / Educação Ambiental	Seminário de Avaliação do Projeto, realizado no dia 15/09/2012	- Apresentação do projeto aos produtores e comunitários do P. A. Moreno Maia.	Produtores rurais ou comunitários envolvidos na gestão e execução do projeto, participando do seminário
		- Nivelamento de conhecimentos	
		- Apresentação do Programa Produtor de Água e possibilidade de esclarecimentos	
		- Apresentação do Programa Estadual de Certificação das Unidades Produtivas Familiares do Acre e possibilidade de esclarecimentos	
	2ª Reunião da UGP, realizada no dia 15/09/2012	- Nivelamento dos parceiros sobre o andamento do projeto	- 22 produtores rurais envolvidos nesta reunião; mais 11 participantes envolvidos na mesma, sendo 5 da equipe de execução e 6 dos parceiros; - 33 participantes.
- Ingresso de novos participantes na UGP. Nova proposta de composição da UGP (Associação Boa Esperança, Associação Bom Jesus, CARE Brasil, IFAC, IMC, SAFRA, SEAPROF, SEMA e SEMEIA)			
- Definição das funções de cada parceiro na UGP			
Educação Ambiental	Intercâmbio de Produtores no Projeto RECA (Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado) realizado no dia 26/09/2012	- Troca de experiências entre os produtores	Produtores rurais conhecendo experiência exitosa
		- Aprendizagens	

Fonte: SEMEIA, 2012, 2013.

Quadro 2 – Atividades da UGP durante o projeto de conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, em 2012 e até julho de 2013(conclusão)

Eixo Estratégico do Projeto	Atividade	Produto	Resultado
Gestão / Educação Ambiental	3ª Reunião da UGP, realizada no dia 13/03/2013	- Nivelamento dos parceiros sobre o andamento do projeto	- 1 representante da instituição financiadora (ANA) - 7 participantes envolvidos nesta reunião, sendo 3 da equipe de execução e 4 dos parceiros - Total de 8 participantes
		- Encaminhamentos necessários (pagamento do bônus e uso de trator para implantação das barraginhas).	
Gestão / Educação Ambiental	4ª Reunião da UGP, realizada no dia 25/04/2013	- Pré-aprovação da proposta ou minuta de governança do projeto e funcionamento da UGP, faltando oficialização dos representantes que compõem tal Unidade.	- 6 participantes envolvidos, sendo 2 da equipe de execução e 4 dos parceiros
		- Ofício a ser enviado pela SEMEIA para composição oficial da UGP (Associação Boa Esperança, Associação Bom Jesus, CARE Brasil, IMC, SAFRA, SEAPROF, SEMA e SEMEIA)	
Educação Ambiental	Reunião de Organização da Oficina sobre Serviços Ambientais, no dia 18/06/2013	- Planejamento do processo de organização da oficina	- 4 participantes envolvidos, sendo 1 da equipe de execução e 3 dos parceiros
		- Definição da estruturação da oficina	
		- Proposta de roteiro metodológico da oficina	

Fonte: SEMEIA, 2012, 2013

No quadro acima, percebe-se que as ações da UGP estão concentradas no segundo eixo estratégico do projeto, que é o eixo de Realização de Ações de Mobilização, Sensibilização e Educação Ambiental. Em tais atividades, praticamente há a participação integral e direta das instituições membros da unidade de gestão em questão. Nos outros dois eixos estratégicos, referentes à Promoção da Participação de Produtores Rurais do P. A. Moreno Maia no Programa de Certificação da Propriedade Rural e à Recuperação de APPs, utilizando SAFs, ocorre uma participação mais pontual das instituições, de acordo com suas especialidades.

Discussão e resultado

As atribuições das instituições que compuseram o arranjo organizacional do projeto para execução das ações do mesmo foram bem definidas, assim como, as funções das instituições parceiras na execução das ações, na governança do projeto e no funcionamento da UGP. Neste sentido, há uma divisão clara de responsabilidades e tarefas a serem desenvolvidas.

Em relação ao alcance dos objetivos, esta UGP vem acompanhando as ações do projeto; vem apoiando a consolidação de políticas públicas como o programa mencionado e a política estadual de recursos hídricos, além de divulgar e conscientizar os produtores rurais do P. A. Moreno Maia a respeito da existência de outras políticas, nas quais os mesmos podem ser beneficiários; e vem promovendo e fomentando a integração de diversos órgãos e entidades na bacia hidrográfica.

O grande desafio desta Unidade de Gestão é desenvolver um plano de continuidade para as ações de articulação social, restauração florestal e PSA após o término do projeto, visando o apoio para consolidação de políticas públicas e o suporte para promoção da integração de instituições regionais na gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla.

No Quadro 2, que apresenta as atividades e os resultados obtidos pela UGP na execução do projeto em pauta, percebe-se que o ponto forte de tal unidade é a organização e realização das atividades de mobilização, sensibilização e educação ambiental, sendo esta organização e realização de eventos um instrumento relevante para divulgação das ações do projeto junto aos produtores rurais do P.A. Moreno Maia.

Por outro lado, é importante reconhecer certa fragilidade na comunicação interinstitucional da UGP, na divulgação das ações aos diversos atores interessados no tema e na publicação de informações pertinentes à execução do projeto em questão. Ao sistematizar estas ações, este artigo atende aos objetivos específicos de possibilitar maior divulgação e compartilhamento da experiência da UGP do primeiro projeto do Programa Produtor de Água no bioma amazônico.

Referências Bibliográficas

ACRE. **Lei No 2.308**, de 22 de outubro de 2010, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre. Diário Oficial do Estado do Acre, de 05 de novembro de 2010.

ACRE. **Lei No 2.025**, de 20 de outubro de 2008, que cria o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Acre.

ACRE. **Lei No 1.500**, de 15 de julho de 2003, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Acre e dispõe sobre infrações e penalidades aplicáveis.

ACRE. **Manual operativo da política de valorização do ativo ambiental florestal**. Rio Branco: SEMA, s. d.

ACRE. **Plano estadual de recursos hídricos do Acre**. Rio Branco: SEMA, 2012. 244p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Manual operativo do Programa Produtor de Água**. Agência Nacional de Águas. 2ª Edição. Brasília, DF, 2012. 84p.

BORN, R. H.; TALOCCHI, S. **Proteção do capital social e ecológico**: por meio de compensações por serviços ambientais (CSA). São Paulo: Peirópolis; São Lourenço da Serra, SP: Vitae Civilis, 2002. p. 27-46.

LUSTOSA, M. C. J.; CÂNEPA, E. M.; YOUNG, C. E. F. Política Ambiental. In. _____.MAY; P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente**. RJ: Elsevier 2003, p. 135-153.

REUNIÃO DA UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO, 4., 2013, Rio Branco. **Memória...** Projeto conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre. Rio Branco: SEMEIA, 2012, 2013.

REUNIÃO DA UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO, 3., 2013, Rio Branco. **Memória...** Projeto conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre. Rio Branco: SEMEIA, 2013.

REUNIÃO DA UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO, 2., 2012, Rio Branco. **Memória...** Projeto conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre. Rio Branco: SEMEIA, 2012.

REUNIÃO DA UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO, 1., 2012, Rio Branco. **Memória...** Projeto conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre. Rio Branco: SEMEIA, 2012.

PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V.; TAFARELLO, D. (org.). **Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil**. São Paulo: SMA/CBRN, 2012. 274p.

SANTOS, M. R. M. O princípio poluidor-pagador e a gestão de recursos hídricos: a experiência europeia e brasileira. In. _____. MAY; P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 291-313.

SEMEIA. **Projeto conservação de água e solo na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, sub-bacia do Rio Acre**. Rio Branco, AC: SEMEIA, 2011.

WUNDER, S.; BÖRNER, J.; TITO, M. R., PEREIRA, L. **Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal**. Brasília: MMA, 2008. 136p.

(Série Estudos, 10).

WWF BRASIL. O sistema de incentivos a serviços ambientais do estado do Acre, Brasil: lições para políticas, programas e estratégias de REDD Jurisdicional. Brasília: WWF Brasil, 2013. 88p.

Recebido em: 08/03/2014

Aceito para publicação em: 26/04/2014